

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 25.864 - DF (2020/0066344-5)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
IMPETRANTE : ANTONIETA FRANCISCA DA SILVA
ADVOGADOS : EDMUNDO STARLING LOUREIRO FRANCA - DF020252
JOÃO CARLOS DE ALMADA SANTOS - DF040514
IMPETRADO : MINISTRO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS
HUMANOS
INTERES. : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de Mandado de Segurança com pedido de medida liminar impetrado por Antonieta Francisca da Silva contra ato da Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos que determinou a realização de procedimento de revisão/anulação das anistias concedidas com fundamento na Portaria 1.104/GM-3/1964, expedida pelo Ministério da Aeronáutica.

Aduz a impetrante que "a citada determinação se concretizou com a NOTIFICAÇÃO de nº 666/2020/DGTI/CCP/CGP/CA, que intimou a Impetrante para apresentar defesa no prazo de 10 (dez) dias".

Assevera que há violação do devido processo legal e do rito da Lei 9.784/1999, sob o fundamento de que "o procedimento de revisão/anulação dos benefícios de que usufrui em razão da anistia de seu falecido marido, de forma peremptória, só poderá ocorrer via do devido processo legal, face a previsão do art. 5º, LIV, da CF; no art.2º, *caput*, da Lei 9.784/99 e, de forma específica, do determinado no art. 17 da Lei 10.559/2002".

Sustenta, ademais, que "deflui dos termos da retrotranscrita Portaria que a abertura do procedimento de revisão/anulação tem como fundamento 'decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário nº 817.338 com Repercussão Geral'. No entanto, a Impetrante, a Autoridade Coatora, e a própria Comissão de Anistia não têm como saber o exato conteúdo do que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE 817.338/DF, pelo simples fato de que ainda não foi publicado o acórdão do julgamento".

Importante mencionar trecho da petição inicial à fl. 9, e-STJ (grifos no original): "**A Comissão de Anistia está, pois, obrigando a Impetrante a fazer uma defesa 'às cegas'**", quando é dever da Administração Pública a "observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados" (art. 2º, VIII, da Lei 9.784/1999)".

Por fim requer a concessão da medida liminar, por entender presentes o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*. Manifesta ainda:

O *periculum in mora* se entremostra pela patente ilegalidade do processo administrativo a que a Impetrante está sendo forçada a responder, conforme foi demonstrado no item nº 2 deste petitório, a que ora se reporta. De tal modo, a Impetrante acha-se

impossibilitada de exercer o direito à ampla defesa e ao contraditório, garantido pelo legislador brasileiro no art. 5º, LIV, da CF/1.988; no art. 2º, caput, da Lei 9.784/99 e, de forma específica, no art. 17 da Lei 10.559/2002, cuja aplicação encontra amparo na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

A sua vez, o *periculum in mora* é de cristalina evidência, pois a Ilustre Ministra de Estado da Mulher, da Família e Direitos Humanos, ora indicada coatora, determinou, de forma precipitada, via da Portaria de nº3.076, de 16 de dezembro de 2019, que se realizasse a revisão das anistias concedidas com fundamento na Portaria do Ministério da Aeronáutica de nº 1.104/GM/1964, com base no julgamento do RE 817 338/DF, mas antes da publicação do acórdão e votos dele decorrente, o que culminou na notificação de nº 666/2020/DGTI/CCP/CGP/CA, que deflagrou o processo administrativo tendente à revisão/anulação da Anistia política do falecido marido da Impetrante.

Destarte, o pedido da medida liminar se consubstancia no justo receio da Impetrante de, em breve tempo, ter cassada sua pensão decorrente da condição de anistiado político do seu falecido marido, sem ter podido se defender na forma legalmente admitida, pois não tem como conhecer o exato conteúdo da decisão do Supremo Tribunal Federal que embasa a pretensão anulatória, formulada no citado processo administrativo.

O Ministro Presidente do STJ deferiu a gratuidade de justiça à fl. 53, e-STJ.

É o **relatório**.

Decido.

A concessão de medida liminar em Mandado de Segurança exige a satisfação simultânea de dois requisitos autorizadores, quais sejam o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos expendidos na peça vestibular; e o *periculum in mora*, evidenciado pela possibilidade do perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Assim, para o deferimento do pleito acautelatório é indispensável a demonstração inequívoca da existência de risco de inutilidade do provimento jurisdicional caso a tutela não seja deferida *in limine*, o que não ocorre na espécie.

No caso, em exame perfunctório permitido nesta seara processual, a despeito do eventual relevo que se possa atribuir aos argumentos veiculados na petição inicial em defesa do direito pretendido, não ficou demonstrado o risco de dano irreparável ou de difícil reparação, na medida em que a impetrante não demonstra, suficientemente, o risco de inutilidade do provimento jurisdicional na hipótese de não ser deferida a liminar.

Ademais, a liminar postulada confunde-se com o mérito da própria impetração, caracterizando o caráter satisfativo do pedido, a inviabilizar a concessão da medida.

Ante o exposto, **INDEFIRO** o pedido de liminar.

Superior Tribunal de Justiça

Notifique-se a autoridade apontada como coatora, para que preste informações no prazo de 10 dias (art. 7º, inciso I, da Lei 12.016/2009).

Cientifique-se a Advocacia-Geral da União para, querendo, ingressar no feito (art. 7º, inciso II, da Lei 12.016/2009).

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal (art. 12, *caput*, da Lei 12.016/2009).

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de março de 2020.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator